

Veículo: *Revista Veja*

Data: 22/03/2006

Autor: Mario Sabino

Especial/Entrevista

Duas semanas antes do lançamento de “A Arte da Política: a História que Vivi”, o ex-presidente recebeu VEJA no Instituto Fernando Henrique Cardoso, no centro de São Paulo, para a seguinte entrevista:

"Me considero de esquerda"

Mas ser de esquerda, reitera FHC, não significa ser tolo, fiel a anacronismos. Na entrevista que se segue, o ex-presidente faz uma análise das forças políticas nacionais, fala do atual estágio da sociedade brasileira e diz que é extraordinário ouvir Lula. "Chego até a pensar: 'Mas esse é o Lula ou sou eu?' “.

Veja: O senhor foi acusado de ter feito na Presidência um "pacto com o diabo", ao tecer alianças com partidos conservadores e parlamentares que foram ligados ao regime militar. Para justificar tais alianças, o sociólogo alemão Max Weber é evocado no início de seu livro. Segundo Weber, há a ética das convicções e a da responsabilidade. Na política, a ética das convicções seria o pano de fundo de valores sobre o qual deve ser praticada a ética da responsabilidade – a movimentação pragmática que visa ao convencimento dos adversários e à consecução de objetivos. Nesse processo, trata-se de transformar "maus" em "bons". O senhor acredita que conseguiu operar de fato essa metamorfose?

FHC: Acredito que sim. Inclusive porque, como esse é um processo permanente, dialético, muitos daqueles que ainda eram considerados "maus" já eram "bons". Pegue-se o exemplo do regime militar. No final, quando houve a eleição do Tancredo, o Partido da Frente Liberal, composto basicamente de gente que apoiou o regime militar, coadjuvou fortemente a transição para a democracia. Personalidades ilustres, como Severo Gomes

e Teotônio Vilela, foram homens do regime que depois se tornaram ícones da oposição democrática. Eu acho que hoje, depois que o governo do PT se juntou a tantos "maus", sem preocupar-se em transformá-los em "bons", essa crítica que me fazem até perde a atualidade. O importante, no entanto, é entender que o jogo político não é aristotélico – você é de um certo jeito e está acabado. Ao contrário, é preciso tentar ganhar o outro, influenciá-lo. Claro que às vezes você perde a parada para o diabo. Mas, com frequência, demônios se tornam querubins. Fundamental para as transformações que ocorreram foi a consolidação da democracia brasileira. Ela, atualmente, é um dado que ninguém discute. Veja o caso do Sarney. É marcante em sua trajetória o fato de ter sido um presidente democrata – ele, que foi presidente do PDS, o partido que dava sustentação ao regime militar. Quanto às alianças que fiz na Presidência da República, elas sempre estiveram baseadas numa ética de convicções. No livro, eu insisto na necessidade de o governante tê-la, porque é importante contar com um programa, com objetivos. É isso que permite, no fim do governo, fazer um balanço para verificar se as pessoas caminharam no rumo que você desejava ou não. Eu acho, no meu caso, que esse balanço é positivo. O meu programa sempre foi explícito, escrevi livros sobre o que eu desejava para o país. Eu queria quebrar alguns monopólios, flexibilizar outros, manter a abertura da economia e dar prevalência ao público sobre o estatal. Nesse sentido, muita gente foi sendo ganha ao longo dos meus mandatos.

Veja: O senhor acha que o PT, ao converter-se às regras da economia de mercado, se transformou na sua essência de "mau" em "bom"?

FHC: Essa conversão foi mais de circunstância do que de fundo. Eles jamais propuseram nada disso – pelo contrário. O que é um erro, claro. Outro dia, eu estava lendo uma entrevista que dei à revista Playboy em 1984, muito antes de ser eleito presidente da República – uma entrevista, aliás, que me deu muita dor de cabeça. Nela, eu já falava que para ser de esquerda não é preciso ser tolo. Com isso, eu queria dizer que havia muitas coisas, no ideário da esquerda, que eram anacrônicas. E que você não precisava manter pontos de vista anacrônicos só para ser fiel – fiel a quê, ao anacronismo? Você, na verdade, precisa ser fiel à essência dos seus valores.

Veja: Em A Arte da Política, o senhor explica que o Príncipe moderno, ao contrário do Príncipe descrito pelo pensador italiano Nicolau Maquiavel (1469-1527), é um

protagonista que deve impor-se necessariamente pela persuasão. Ao realizar reformas que abriram a economia e um programa de privatizações que diminuiu o Estado, o senhor teria agido como esse Príncipe moderno. Mas o ideário nacionalista-estatizante ainda sobrevive no Brasil, com forte penetração nas camadas populares. Na sua visão, existe a possibilidade de retrocesso no país, comandado por um Príncipe moldado no populismo?

FHC: No processo político, não há nada irreversível. Acho, no entanto, que um retrocesso desse tipo se chocaria de tal maneira com os interesses enraizados no país que seria difícil que ele tivesse um prosseguimento efetivo. De alguma maneira, o que aconteceu com o PT foi isso: não é que eles tenham renunciado de fato às suas idéias anacrônicas, estatizantes, mas é que no contexto atual elas não funcionam de forma nenhuma. Quanto ao nacionalismo, é importante ressaltar que o sentimento nacional permanecerá sempre – o problema é como ele se manifesta. Aqui no Brasil aconteceu uma confusão muito grande entre sentimento nacional e estatismo. E as camadas populares se ressentem bastante disso, porque há anos lhes é martelada a idéia de que o Estado é a nação. Não se justifica mais pensar que o Estado é a expressão do sentimento nacional. A sociedade, sim, é que o expressa. Isso não significa que se deve jogar fora o Estado, e sim ter clareza de que ele não pode ter a primazia. Para que o sentimento nacional corresponda, sem anacronismos, aos interesses da nação, é preciso entender que o mundo de hoje é diferente daquele do passado. As barreiras do Estado nacional não têm a mesma força coibitiva. Não se consegue mais manter a economia fechada – e menos ainda a cabeça fechada. Quem tem internet salta fronteiras. Mas, ainda que a internet não respeite fronteiras e os países se integrem cada vez mais ao mercado mundial, o sentimento nacional, a identidade nacional, não desaparece, e nem deve. É esta a dificuldade: mostrar que os interesses do seu país são mais bem defendidos quando, sem perder de vista os valores nacionais, se tomam providências que levam seu povo a ser mais competitivo, mais aberto aos ares do mundo. A visão estatista ainda existe em todos os partidos, inclusive no meu. Como a média brasileira é essa, quem tem uma proposição avançada paga sempre um preço pelo pioneirismo. Veja o meu caso, por exemplo: fui acusado de traição à pátria e tal, até que as pessoas progressivamente, mesmo sem reconhecer, mesmo sem beijar a cruz, foram passando para o meu lado. Acho extraordinário ouvir o Lula hoje em dia. Chego até a pensar: "Mas esse é o Lula ou sou eu?".

Veja: O filósofo italiano Giambattista Vico (1668-1744), citado em seu livro, foi o primeiro a tentar compreender a história como um processo lógico. Grosso modo, Vico compara o desenvolvimento das sociedades humanas com a própria maturação emocional e intelectual da espécie. Ele escreveu: "Primeiro os homens sentem sem aperceber-se; depois se apercebem com o ânimo perturbado e emocionado; finalmente refletem com a mente pura". Não lhe parece que a sociedade brasileira, muito direcionada pela emoção e irracionalidade, ainda estaria na adolescência?

FHC: Sem dúvida nenhuma, nós ainda não atingimos o estado mental em que a razão prevalece. Mas nós podemos amadurecer mais rapidamente nessa direção por meio da informação. Como sou democrata, acredito que informando e convencendo os elementos racionais podem ser ampliados. Se não acreditasse nisso, eu nem teria como explicar as duas vezes em que fui eleito presidente. Em ambas, eu me opus a um ícone do oposto à razão. Ganhei por quê? Porque as pessoas entenderam naquele momento – da perspectiva de Vico, sentiram, mais do que entenderam – que a racionalização que eu estava imprimindo lhes era conveniente. De qualquer forma, ainda que a emoção tenha forte apelo entre os brasileiros – e talvez nunca deixe de ter completamente –, acho que a mentalidade política avançou razoavelmente nos últimos cinquenta anos. É difícil, por exemplo, que o estilo populista volte a impor-se.

Veja: Lula não pertenceria a uma vertente populista?

FHC: Embora às vezes o chamem de populista, não acho que o Lula seja um populista no sentido clássico. Ele usa da emoção para atingir seus objetivos, mas sua ação de Estado não é irracional. Por que é assim? Porque não tem mais jeito de ser totalmente irracional no Brasil. As estruturas existentes de interesses e valores, reitero, já são suficientemente poderosas para impedir que isso ocorra.

Veja: Em seu livro, o senhor revela que, por ocasião da sabatina de Armínio Fraga no Senado, antes de ele ser efetivado como presidente do Banco Central, o senhor recomendou-lhe que agisse com prudência porque "os brasileiros não gostam de capitalismo, eles não sabem por que não gostam, mas não gostam". Até que ponto o senhor gosta de capitalismo?

FHC: Você deve ter visto como, no meu livro, eu mesmo às vezes reajo contra o

capitalismo. Porque o capitalismo tem um problema que me irrita: a desigualdade. É da sua essência. No Brasil, vive-se pedindo que haja um rápido crescimento econômico acompanhado de maior igualdade. Ora, quando um país cresce depressa, aumenta a desigualdade, não a igualdade. O país tem de acumular riqueza primeiro. Isso é da natureza do capitalismo. No socialismo também é assim. Só que, nesse sistema, existe a suposição teórica de que não há apropriação privada da produção. No capitalismo, o mercado – e olhe eu aqui desabafando outra vez – traz um elemento de desigualdade e também de irracionalidade. A especulação, o efeito manada, tudo isso é irracional. Como o mercado não é um ente racional perfeito, o Estado, dependendo de como ele seja organizado, pode introduzir um ingrediente adicional de correção da desigualdade. É nesse sentido que, no meu livro, reajo contra o capitalismo. Porque não acredito que, por si só, o mercado seja a consubstanciação da racionalidade.

Veja: Pode-se concluir que o senhor se considera de esquerda?

FHC: Sim, me considero. Mas da esquerda democrática, à la Bobbio [Norberto Bobbio (1909-2004), filósofo e cientista político italiano]. Sou de esquerda quanto à defesa de valores como a justiça social e a igualdade.

Veja: Por que nenhum político brasileiro diz que é de direita?

FHC: Porque no Brasil a palavra "direita" está associada historicamente à ditadura. É uma questão semântica. Mas existe um outro lado: não existe direita no Brasil, no sentido clássico do conceito. Fiquei impressionado, certa vez, com uma intervenção do Sérgio Buarque de Holanda. Foi na defesa de uma tese de livre-docência sobre os estilos de pensamento político no Brasil do século XIX. A autora estabelecia uma diferença entre o marquês de Paraná, figura maior do pensamento conservador, e Joaquim Nabuco, expoente do pensamento progressista, quando o Sérgio Buarque fez um aparte: "A senhora acha que esses homens do império eram realmente conservadores, leram Burke [o pensador irlandês Edmund Burke (1729-1797), considerado o pai do conservadorismo] ou eles eram atrasados?" Pois é isso: no Brasil, mais do que conservadorismo, temos uma mentalidade atrasada. O pensamento conservador filia-se a uma tradição ocidental que estabelece como pilar da ordem a família, a propriedade, os costumes. O nosso conservadorismo não é nada disso. Tem a ver com clientelismo, patrimonialismo, uso

indevido dos recursos do Estado. Ele não é composto de um ideário, e sim de aproveitadores. Por que a "direita", no Brasil, apóia todos os governos, não importa qual? Na história recente, ela apoiou os militares, apoiou o Sarney, apoiou o Collor, apoiou a mim, apóia o Lula. Porque seus integrantes não são de direita. Essa gente toda só quer estar perto do Estado, tirar vantagens dele. É claro que um e outro podem ser convertidos de "maus" em "bons". Mas o grosso desse pessoal continua a ser fisiológico.

Veja: E quanto à esquerda brasileira, como classificá-la?

FHC: Esse é um aspecto interessante. O nosso sistema político, da mesma forma que a nossa sociedade, exibe uma enorme mobilidade. A existência de uma posição estável é difícilíssima no Brasil. Sociologicamente, a transformação do PT ilustra bem isso. O PT, na sua origem, era composto basicamente de três setores: o ideológico, o eclesial e o sindical. Quem ganhou foi o setor sindical, é ele que está no governo. Trata-se de um fenômeno mais "americano" do que europeu. O pessoal na Europa fala do PT como se ele fosse um partido moldado na esquerda europeia tradicional. No início até dava essa impressão, mas a verdade é que não tem nada a ver. Eles nem falam mais em classe trabalhadora. A liderança do PT é de classe média, de gente que ascendeu socialmente, via sindicalismo, e se comporta hoje quase como se vivesse o "american dream" – algo como "eu cheguei lá, consegui deixar minha classe de origem para trás".

Veja: Qual é o futuro do PT, se é que o partido tem futuro?

FHC: No fundo, o PT está descobrindo o que ele é no governo. Se desse para fazer uma comparação com a Europa, eu acho que o PT é um partido social-democrata. Aliás, eu não queria que o PSDB se chamasse social-democrata.

Veja: Por quê?

FHC: Porque nós não tínhamos sindicatos, o berço da social-democracia. Eu dizia que íamos usar uma denominação europeia para uma história completamente diferente. Mas fui voto vencido. Hoje, num certo sentido, o PSDB é social-democrata porque na Europa os partidos desse tipo mudaram. Eles se tornaram menos associados a uma classe e passaram a representar um aspecto mais amplo da sociedade, como é o caso do PSDB desde o início. O PT também caminha nessa direção. No Brasil, portanto, temos dois

partidos que ocupam o mesmo espaço no espectro político. A diferença é a auto-representação. Alguns setores do PT ainda se pensam revolucionários e o PSDB nunca se pensou como tal. Essa auto-representação é um problema para o PT, porque impediu que ele tivesse uma prática política conseqüente. No governo, fiz alianças porque tinha propostas para o país. O PT chegou ao governo sem nenhuma. Teve de tecer alianças sem programa – e, quando você tem de fazê-las dessa forma, acaba sendo engolido por elas. É patético ver o Lula correndo atrás do PMDB. Quais são as propostas que estão por trás disso? Não há.

Veja: Constata-se no seu livro que o senhor, como presidente, se empenhou profundamente nas discussões sobre os rumos a seguir na economia. Num mundo complexo como o de hoje, é possível um país como o Brasil ser liderado por alguém sem formação intelectual compatível?

FHC: Acho que ninguém precisa ter universidade no currículo para ser presidente. Afinal de contas, há muita gente com grau superior que não sabe nada. Mas acho importante que o político tenha aprendido algo. Ele tem de ler, tem de ter curiosidade intelectual. Porque, senão, você fica sem bases mais sólidas para discernir. O presidente Lula tem muita sorte. Não passou por nenhuma crise econômica com efeitos globais como as que tive de enfrentar. Não foi provado. Fica mais fácil, assim, comportar-se apenas como um relações-públicas do próprio governo. Não quero desmerecê-lo, mas ninguém sente que ele está no comando. O presidente Lula é tático, não é estratégico. Para ser estratégico, é preciso ter formação. É necessário dominar conceitos a partir dos quais é possível escolher determinados caminhos.

Veja: Na conclusão de A Arte da Política, o senhor diz que Lula se perdeu nos escaninhos do poder e suas facilidades. A falta de preparo intelectual não teria tido um papel nessa perdição?

FHC: Pode ter tido, sim, porque se você tem um certo preparo fica mais difícil deslumbrar-se. A capacidade de autocrítica é maior, tem-se mais noção da transitoriedade das coisas. O preparo intelectual também permite que você perceba que herdou muito. O presidente Lula dá a impressão de que acha que está fundando o Brasil. Acho que isso é autêntico nele, porque o Lula não tem um conhecimento mais profundo da história. Então, acredita

mesmo que está fazendo tudo pela primeira vez.

Veja: Como é sua relação com Lula?

FHC: Pessoalmente, temos uma relação fácil. Mas esse negócio de o Lula viver dizendo que fez mais do que eu... Qualquer hora ele vai comemorar o fato de que, quando deixar o governo, haverá mais brasileiros vivos do que no fim do meu último mandato.

Veja: Durante seu governo o Brasil cresceu pouco, mas cresceu proporcionalmente em relação ao mundo. Por que o país não cresce mais rápido?

FHC: O governo Lula tem uma linha de continuidade como a do meu no que se refere à macroeconomia – câmbio, juros e responsabilidade fiscal. Mas ele errou na condução da política de juros, porque houve momentos em que era possível baixar a taxa mais depressa. Isso também aconteceu durante o meu governo, só que, no de Lula, os panoramas que permitiam essa redução eram mais claros, não havia ameaça nenhuma. A manutenção de uma taxa de juros elevada causou um problema no câmbio. Quando a taxa é mais baixa, o governo pode intervir no câmbio, comprando dólares, sem maior impacto fiscal. Mas, quando ela está lá em cima, isso fica difícil. Ou seja, a política do governo Lula é a mesma, mas a operação não está correta. Política econômica não é ciência, é navegação. Você tem de navegar: se tem uma pedra no caminho, você contorna. A atual equipe econômica não navega – ela traça uma linha reta e segue em frente de todo jeito, como se não houvesse contexto mais ou menos favorável. Há ainda um outro lado: a política macroeconômica não faz o país crescer. Crescimento depende de investimentos. Em parte, os investimentos respondem à taxa de juros, mas só em parte. Eles também dependem de fatores como confiança. Não se tem estabilidade nas agências reguladoras, que foram muito ameaçadas durante o governo Lula. A segurança na manutenção das regras diminuiu e, com isso, também o incentivo para o setor privado. Para completar, o investimento público caiu drasticamente neste governo e as reformas foram paralisadas. A reforma da Previdência, por exemplo: no início, houve uma euforia, porque nós votamos a favor daquilo que, no meu governo, eles votavam contra. Não foram feitas, no entanto, as leis complementares que permitiriam a sua implantação. Com isso, teremos neste ano um déficit na Previdência de 50 bilhões de reais – um buraco que certamente causará um problema fiscal mais adiante.

Veja: O Brasil, então, ainda paga o custo PT?

FHC: Sim, ainda paga, mesmo que esse custo tenha sido amortecido. Como o mercado financeiro está muito bom, as pessoas deixaram de prestar atenção às questões relevantes. Ninguém mais cobra a reforma do mercado de trabalho, a reforma da Previdência – tudo aquilo que cobravam de mim. Mas o fato de não cobrarem não resolve a questão. A falta de reformas impede que o Estado tenha mais recursos e o setor privado possa investir mais. A economia não depende apenas da taxa de juros. Se fosse assim, o Japão estaria estourando há anos, já que lá a taxa era de 0% até a semana passada.

Veja: Os arautos do "Delenda FHC" , como o senhor chama no livro a oposição que vivia pedindo o seu impeachment, certamente ironizarão a defesa que o senhor faz de seus governos nos episódios da aprovação da emenda que permitiu a sua reeleição, cercada de notícias sobre a compra de votos de parlamentares por parte do governo, e do programa de privatizações, em que muitos viram indícios de corrupção.

FHC: Nada disso tinha a ver conosco, como narro no meu livro, mas não adianta responder a essas acusações. Os acusadores têm interesse político em mantê-las. Se houve corrupção, que se apure. Por que não apuram? A diferença é que, no atual governo, a corrupção foi feita de maneira organizada pelo partido do presidente. Tanto é que toda a cúpula do PT caiu. Se Lula não sabia do mensalão, que ingenuidade a dele, hein?

Veja: Na Presidência, o senhor manteve uma relação próxima com o presidente americano Bill Clinton e o primeiro-ministro inglês Tony Blair. Até que ponto a empatia ou mesmo a amizade pessoal entre governantes de diferentes países é importante para as relações diplomáticas?

FHC: Não substituí os interesses organizados do país, mas complementa. Em certos momentos, é importante poder pegar o telefone e dizer: "Eu estou precisando disso". Mas tudo tem de ser feito com naturalidade. Quando abordo no meu livro as conversas que mantive com outros chefes de Estado, não é para me exibir. Estou muito velho para isso. É para mostrar que o presidente do Brasil, não importa quem seja ele, pode falar de igual para igual com qualquer presidente ou primeiro-ministro de país rico.

Veja: É verdade que o senhor foi cogitado para ser secretário-geral da ONU?

FHC: Não, nunca houve movimentação nesse sentido. Meu candidato era o Clinton. Mas ele não poderá ser secretário-geral porque a Hillary sairá candidata a presidente dos Estados Unidos. Aí não dá mais. Meu apoio a Clinton resume o que penso da ONU. Ela precisa ter um secretário-geral com peso global e muita força entre os americanos. Só assim funcionaria a contento.

Veja: No livro, o senhor brinca com a sua fama de vaidoso. O senhor não se considera vaidoso?

FHC: Muitos jornalistas escreveram que minha vaidade é incomensurável. Minha vaidade é apenas intelectual. Física, não tenho nenhuma. Faz tempo saiu na VEJA que eu era um dos homens mais elegantes do Brasil. Imagine só! A Ruth vive me dando bronca porque me visto errado e coisa e tal. Não tenho nem vaidade política – não me acho insuperável.

Veja: Na conclusão de A Arte da Política, o senhor fala da sua decepção com a morosidade com que andam as reformas tão essenciais ao Brasil. O senhor acredita sinceramente que o país tem chance de recuperar o terreno perdido no último quarto de século?

FHC: Tem, mas nada está garantido. Continuamos a perder tempo. Na comparação com a Índia e a China, a nossa vantagem é que já passamos por um intenso processo de urbanização e esses países ainda não. Além disso, a pressão demográfica aqui é muito menor. Por isso é que fico aflito: se os governos e a sociedade não perceberem que a nossa hora é agora, com um crescimento demográfico que está longe de ser explosivo e uma população que ainda não é velha, talvez percamos o bonde de vez. A sociedade brasileira tem de acelerar o passo, e atingir logo aquele estado de "mente pura" de que fala Vico. A razão precisa triunfar no Brasil.

A arte de ser FHC

Em “A Arte em Política: A História que Vivi”, o livro mais esperado do ano, o ex-presidente explica o Brasil e o seu próprio papel no último quarto de século.

Não faltam revelações e histórias curiosas e engraçadas.

Salão de banquetes do Palácio de Buckingham, 1997. Circundado por Elizabeth II e pela rainha-mãe, o então presidente Fernando Henrique Cardoso ouve a rainha da Inglaterra elogiar o renascimento do Brasil – um país que deixara a condição de pária na comunidade internacional, graças às recentes e profundas reformas econômicas que possibilitaram a renegociação da dívida externa, criaram uma moeda forte, colocaram um ponto final na inflação galopante e tiraram milhões de cidadãos da pobreza absoluta. Depois do discurso de Elizabeth II, chega a vez de Fernando Henrique fazer o seu, tomando cuidado para que a condecoração real que atravessa seu peito numa faixa vermelha não caia sobre o texto que está lendo. O banquete segue no leito da formalidade, até que a rainha-mãe começa a fazer graça, quebrando por um momento a rigidez protocolar. Com a palavra, Fernando Henrique:

"Como presente oficial, eu lhe oferecera um pássaro de pedras brasileiras e bico prateado – esses discutíveis presentes que nossa avareza de meios impõe como se de preciosidades se tratassem. E ela se entusiasmou com o nome que atribuí ao pássaro. Perguntado sobre como se chamava, respondi de pronto, do fundo de minha ignorância:

– Jaburu, madame.

Ela repetia com delícia, trocando o 'u' por 'a', o nome daquele pássaro imaginário".

O episódio está narrado no décimo capítulo de A Arte da Política: a História que Vivi (Civilização Brasileira; 699 páginas; 70 reais), do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, o lançamento mais esperado do ano, que chega às livrarias nesta terça-feira, dia 21. Trata-se, é evidente, de uma passagem absolutamente lateral num livro repleto de reminiscências, revelações e análises de um dos protagonistas mais importantes – se não o mais importante – da cena nacional no último quarto de século. Mas a historinha com a rainha-mãe foi escolhida para abrir esta reportagem por ser, além de curiosa, reveladora

da personalidade de Fernando Henrique Cardoso. O ex-presidente é, sobretudo, um sedutor – e o que *A Arte da Política* mostra é exatamente isto: como seu autor fez uso dessa capacidade inata e lapidada na vida acadêmica e pública, para atrair eleitores, correligionários e adversários (nem todos, é verdade) para o caminho da razão. Pode-se apontar muitos defeitos e malfeitos em seus oito anos de governo, como esta revista (e este repórter) fez. Pode-se afirmar, com dados e estatísticas, que ele não realizou tudo a que se propôs. Pode-se jurar nunca mais dar um voto ao ex-presidente, seja por decepção, seja simplesmente por aquele mesmo cansaço que levou os atenienses a afastar Péricles do governo da cidade. Pouco importa. Resta o fato de que, nos anos FHC, o Brasil deixou para trás a improvisação na economia, começou a desvincular o conceito de Estado daquele de nação, integrou-se ao mercado mundial e traçou ao menos um esboço promissor de futuro (cabe à sociedade e ao governo completar o desenho). Para não falar do privilégio de ter um presidente com o *savoir-faire* de contar uma mentirinha simpática à rainha-mãe inglesa.

É a primeira vez que um ex-presidente brasileiro escreve um livro sobre o seu período de governo. Como o ex-presidente em questão é o sociólogo Fernando Henrique, o leitor ganha de brinde reflexões que se alternam com os fatos relatados. De certa maneira, é possível estabelecer um paralelo estrutural com *O Príncipe*, realização máxima do pensador italiano Nicolau Maquiavel, de quem Fernando Henrique é grande conhecedor. O autor de *O Príncipe* ilustra a teoria com exemplos históricos; o de *A Arte da Política* ilustra a história com a teoria. Ilustração, aqui, não tem o sentido prosaico de apêndice, e sim de elucidação – não apenas a dos motivos que o levaram a tomar certas decisões, entre as quais a de tecer alianças com setores associados ao fisiologismo (veja entrevista), como a de um sistema desordenado e confuso, o qual o autor define uma "contrafação do presidencialismo de coalizão". Para explicar o seu governo e ele próprio como político, Fernando Henrique recorre a pensadores como Platão, Giambattista Vico, Max Weber, Norberto Bobbio e, claro, Maquiavel. Por esse motivo, o de desejar ir além do factual, ele resistiu a chamar o livro de "memórias", apesar de também sê-lo.

Em que pese a ambição intelectual, *A Arte da Política* está longe de ser impenetrável. É legibilíssimo, graças também ao didatismo e à relativa parcimônia com que são citados filósofos e pensadores políticos – embora por vezes dê tédio por causa da preocupação em detalhar as composições e recomposições ministeriais e as realizações nas diversas

áreas estatais. Esse pecado é desculpável: A Arte da Política quer-se documento, obra de referência e, óbvio, peça de defesa. Aliás, como tal, deverá ser um prato cheio tanto para adversários respeitáveis como para meros detratores do ex-presidente – aquele pessoal do "Delenda FHC", para usar a expressão do próprio Fernando Henrique. Na confecção do livro, o ex-presidente contou com o auxílio do jornalista Ricardo Setti, que foi editor de VEJA, diretor do Jornal do Brasil em São Paulo e de várias publicações da Editora Abril. Com a experiência acumulada em quarenta anos de profissão, Setti encarregou-se, entre outras coisas, de checar se todas as situações relevantes ocorridas nos anos FHC haviam sido abordadas de modo suficiente e de sugerir mudanças no texto que facilitassem a leitura ou avivassem mais o interesse do leitor. O livro estava inconcluso quando o jornalista começou a colaborar. "Foram cinco meses de um trabalho intenso e prazeroso. Eu e o presidente nos comunicávamos principalmente via e-mail, já que sua agenda continua a ser impressionante. Ele deve ter feito umas oito viagens internacionais durante esse período, sempre a trabalho. A salvação foi que FHC é ótimo de e-mail: responde rápido e com precisão", diz Setti.

Antes de adentrar o período presidencial, o livro detém-se brevemente na história da família de Fernando Henrique – cujo avô militar, por ocasião da proclamação da República, propôs fuzilar o imperador Pedro II, caso o monarca impusesse resistência à nova ordem. Um Cardoso radical, ora veja só. O ex-presidente relembra o início de sua carreira pública e os acontecimentos que o levaram a ser ministro da Fazenda de Itamar Franco e, em seguida, a candidatar-se à Presidência. Quando o livro chega à fase do Planalto, é exposta a voracidade de parlamentares e caciques partidários por cargos e verbas. Além disso, Fernando Henrique conta em pormenores a história da elaboração e implementação do Plano Real, que salvou a economia brasileira da hiperinflação e propiciou que o país entrasse nos eixos da modernidade, e como foram enfrentadas as quatro borrascas financeiras nas quais o Brasil quase naufragou – a do México, a da Ásia, a da Rússia e a causada pela proximidade da eleição de Lula. Uma das curiosidades dos capítulos sobre economia é que, diante das dúvidas sobre a eficácia do plano, Stanley Fischer, o então número 2 do Fundo Monetário Internacional (FMI), sugeriu que se fizesse um congelamento de preços no Brasil por dois a três meses. Nada mais heterodoxo e esquerdista.

Algumas revelações de sua trajetória e governo encontram-se nos excertos transcritos ao

longo desta reportagem. Mas há muitas outras. Sobre Itamar Franco, o personagem mais citado no livro, Fernando Henrique conta, por exemplo, que ele apoiou sua candidatura à Presidência sem jamais terem falado sobre o assunto; que Itamar leu superficialmente a minuta da medida provisória que instituiu a URV, ponto de partida do Plano Real; e que o então presidente quase cancelou o acordo com a Bolívia para a construção do gasoduto que atravessa o território dos dois países. Itamar simplesmente não acreditava que a Bolívia tivesse gás suficiente para tanto. Há ex-presidentes e ex-presidentes, como se vê.

Na cena nacional, Fernando Henrique incorporou a passagem da causa da democracia, que motivou sua geração, para a da estabilização da economia, ainda não plenamente alcançada. Nessa transição de causas não excludentes, embaralharam-se posições ideológicas anacrônicas, com as quais ele teve de haver-se. Saiu-se bem, mas bastante chamuscado pelas denúncias dos que se viram derrotados nesse processo – ou de certa forma assimilados, quando se verifica a mudança ocorrida no PT. Fernando Henrique admite erros, mas não as desonestidades que lhe foram atribuídas. No livro, reafirma que seu governo não pagou a deputados para que votassem a favor da emenda da reeleição, uma das acusações mais graves que lhe foram dirigidas, e que o processo de privatização nada teve de "privataria". Sabe, no entanto, que não mudará convicções formadíssimas a respeito desses assuntos, como disse na entrevista a VEJA.

Nos últimos tempos, Fernando Henrique andou envolvido em outro projeto editorial: a publicação nos Estados Unidos de *The Accidental President of Brazil* (O Presidente Acidental do Brasil), que terá uma noite de autógrafos na Universidade Colúmbia, em Nova York, no próximo dia 27, e outra em Washington, no dia 30. A idéia de um livro destinado ao público americano surgiu no fim de 2003, durante um almoço num elegante restaurante nova-iorquino em que o editor Sérgio Machado, do Grupo Record, do qual faz parte a Civilização Brasileira, apresentou Fernando Henrique a Peter Osnos, na ocasião presidente da editora Public Affairs. O objetivo era vender os direitos de tradução de *A Arte da Política*, que ainda estava por ser escrito. Mas Osnos encantou-se com um projeto diferente – um livro destinado especialmente ao público americano. "Ele propôs que Fernando Henrique mostrasse ao leitor, por meio de uma biografia, como funciona uma nação grande e complexa como o Brasil", diz Machado. O que o convenceu do interesse da obra foi um episódio com o presidente americano George W. Bush e o venezuelano Hugo Chávez, também descrito no livro brasileiro. *The Accidental President* contou com

um ghostwriter, Brian Winter, jornalista da agência Reuters no México e especialista em América Latina. Os nos acreditava que Fernando Henrique deveria ter um interlocutor com alguma familiaridade com o Brasil, mas não demais, de maneira a ser capaz de formular as perguntas que um americano médio poderia ter na cabeça a respeito do país.

A história com Bush e Chávez que cativou o editor Peter Osnos é das mais divertidas de A Arte da Política. Ei-la contada por Fernando Henrique:

“Às vésperas de me receber na Casa Branca, o Presidente Bush dissera à imprensa que gostaria de olhar-me 'olho no olho', como é de seu estilo. Encontrei-o em seu gabinete de trabalho, o Oval Office, local que conhecia do tempo de Clinton. Ele me esperava em pé, cumprimentou-me e mostrou-se muito afável, embora sua linguagem corporal – a forma um tanto rígida de movimentar-se e de andar, e algo nos olhos, talvez um leve estrabismo –, lhe confirmam, à primeira impressão, um ar de certa arrogância, de certo distanciamento. (...)

Mostrou-se um tanto ansioso com a reunião de Québec. Seria seu debut internacional e tinha preocupações de que o presidente da Venezuela lhe pudesse ser hostil. Disse-lhe que mantinha boas relações com Hugo Chávez e que não acreditava que ele tivesse tal propósito. Em todo caso, acrescentei, eu teria um encontro em Brasília com o Presidente Chávez e lhe faria a ponderação.

Cumpri o prometido. Expus a Chávez a opinião de que, se ele fosse cortês, desarmaria o interlocutor, mesmo porque não acreditava que o Presidente da Venezuela viesse a ser agressivo com o Presidente norte-americano. Chávez respondeu-me, sorrindo matreiro:

– Você me conhece. Eu sou ardoroso. Quando, nas reuniões da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep), começo a me entusiasmar, o sultão de Qatar, que é meu amigo, tem uma combinação comigo: olha para mim com as mãos postas perto do rosto, em forma de oração, e eu modero minha fala, antes de proclamar a República nas monarquias árabes.

E acrescentou:

– Vamos fazer o mesmo em Québec.

Na cúpula hemisférica, coube-me fazer o discurso de abertura. Transmiti uma mensagem clara e firme: 'A Alca será bem-vinda se a sua criação for um passo para dar acesso aos mercados mais dinâmicos (...).'

Quando terminei o discurso sob os aplausos dos mais de mil presentes, Hugo Chávez saltou da fila em que se encontrava atrás de mim, aproximou-se da cadeira para onde eu voltava para sentar-me e, com as mãos em sentido de oração, me saudou efusivamente. Nós, latino-americanos, podemos até não ser bons negociadores, mas não perdemos o senso de humor."

Ao final do livro, conclui-se que Fernando Henrique soube combinar a arte da política com outra arte difícil e até certo ponto inata – a de viver. Joie-de-vivre, como diria ele, que gosta de brincar que "tem o pé na cozinha, sim... mas francesa". Seus aliados certamente incluirão isso no rol de virtudes do melhor presidente que o Brasil já teve. Quanto a seus adversários, não há como deixar de reconhecer: essa é uma qualidade do melhor ex-presidente que o país já produziu.

Trechos de *A Arte da Política: a História que Vivi*

POR QUE FIGUEIREDO NÃO PASSOU A FAIXA A SARNEY

"Jantávamos na embaixada de Portugal, com o Presidente Mário Soares, Ulysses Guimarães, penso que o deputado Pimenta da Veiga (PMDB-MG) e outros políticos, quando chegou a má notícia: Tancredo tivera que ser internado em caráter de urgência no Hospital de Base de Brasília. Para lá rumamos todos.

(...) Em uma roda, conversavam, entre outros, Sarney, Ulysses, Fragelli e o general Leônidas. Sarney dizia que não pretendia assumir, que tinha dúvidas sobre quem deveria suceder Tancredo durante o impedimento, que todos imaginavam temporário. Àquela altura, Afonso Arinos, constitucionalista de peso, havia declarado pelos meios de comunicação seu entendimento de que correspondia ao Vice-Presidente, e não ao presidente da Câmara, isto é, a Ulysses, assumir a interinidade.

Em certo momento, creio que foi Ulysses quem disse:

– Vamos conversar com o professor Leitão de Abreu para tomar uma decisão.

(...) Passava da meia-noite, e aparentemente o dr. Leitão de Abreu se recolhera. Esperamos bom tempo até que viesse ter conosco, mas ele surgiu na sala trajando paletó, gravata e colete. Colocada a questão, continuavam as dúvidas. Recordei-me do livro de Afonso Arinos, Rodrigues Alves: Apogeu e Declínio do Parlamentarismo, no qual há referências a situação semelhante, quando o Presidente Rodrigues Alves, que governara de 1902 a 1906, não pôde tomar posse do segundo mandato, em 1918, abatido pela gripe espanhola. O vice Delfim Moreira assumiu e tornou-se Presidente efetivo dois meses depois, com a morte de Rodrigues Alves. A biblioteca do professor Leitão, porém, já estava encaixotada, não poderíamos consultar o livro. Havia disponível apenas um exemplar da Constituição. Foi lido com cuidado por todos nós. O general Leônidas disse que não era jurista e acataria qualquer decisão. Leitão de Abreu parecia pender para a interpretação que favorecia o presidente da Câmara como sucessor constitucional, posto que ainda não ocorrera a posse do vice. Ulysses Guimarães, no entanto, secundado pelo presidente do Senado, alinhou-se com a tese de Arinos e convenceu o professor Leitão da validade de sua exegese. O ministro do Exército e eu ficamos a ouvi-los, sem credenciais para discutir o mérito. A certa altura alguém perguntou:

– E a faixa, o Presidente Figueiredo vai transmiti-la?

O chefe da Casa Civil redargüiu com firmeza:

– Presidente só transmite faixa a outro Presidente.

Assunto encerrado.

Está aí a verdadeira razão que levou o Presidente Figueiredo a não transmitir o cargo – e a faixa – a Sarney. Diferentemente do que diz a lenda, segundo a qual Figueiredo 'saiu pelos fundos do palácio' para não passar a faixa porque não suportava Sarney, houve uma discussão prévia a respeito do assunto com o chefe da Casa Civil e renomado jurista Leitão de Abreu, em que se levantou uma questão constitucional que incluía outra, de

protocolo. Figueiredo podia, efetivamente, não tolerar Sarney, a quem não perdoava a deserção do PDS, mas a realidade dos fatos é a que agora descrevo."

A DERROTA PARA JÂNIO NA ELEIÇÃO PARA PREFEITO DE SÃO PAULO

"A outra 'explicação' da derrota tem a ver com uma foto publicada no dia das eleições, 15 de novembro de 1985, uma sexta-feira, na qual apareço sentado na cadeira de prefeito, antes da hora. É evidente que, por numerosos que tivessem sido os leitores da reportagem, não haveria tempo de influir no voto. Mas a foto prova que eu merecia perder... por ingenuidade. Estabeleci um acordo com repórteres da revista Veja São Paulo para ser fotografado nessa situação para o caso de vitória, pois as eleições estavam extremamente apertadas e, além de tudo, se a revista quisesse, como pretendia, trazer o novo prefeito na capa, não haveria como fotografá-lo a tempo no gabinete oficial. (...) Num final de manhã, a revista aproveitou minha presença numa solenidade na então sede da Prefeitura, no Parque do Ibirapuera, e executou o trabalho. Outros fotógrafos também clicaram a cena, assumindo o mesmo compromisso da revista. A Folha de S. Paulo, porém, rompeu-o e publicou a foto em primeira página. Pior teria sido se outro fotógrafo, com o qual fiz outro acordo, não me tivesse devolvido os negativos de uma foto, feita na sala de meu apartamento, na qual eu aparecia quebrando uma vassoura, símbolo do populismo janista, que se dizia varredor de todo o lixo da corrupção. Não fosse a integridade do fotógrafo – cujo nome prefiro não divulgar – e essa foto talvez me tivesse causado um prejuízo político ainda maior. Nunca ninguém soube dela até a publicação deste livro.

Vanitas, vanitatem? Não, mais grave: despreparo para a aspereza da luta política. Pedágio pago por um professor catapultado à arena cheia de feras. Perdi, é o que conta. E a derrota me ajudou na futura trajetória política."

A SURPRESA DE ITAMAR: A NOMEAÇÃO PARA O MINISTÉRIO DA FAZENDA

Na noite de 19 de maio fui jantar na casa do embaixador brasileiro junto à ONU, Ronaldo Sardenberg, quando, na hora do brinde (feito à moda japonesa, no início da refeição), a esposa do ministro, embaixatriz Célia, me pediu para atender ao telefone.

Era o capitão-de-corveta Antonio Carlos Passos de Carvalho, ajudante-de-ordens, que me passou o Presidente Itamar. Este me perguntou, brincando, se eu estava sentado ou em pé e colocou a questão:

– Você aceita ser ministro da Fazenda?

Respondi que jamais pretendia a posição, que não era economista, e, sobretudo, reiterei que, com tanta troca de ministro da Fazenda, não dispunha mais de argumentos para convencer no exterior de que tudo ia bem no Brasil.

De fato, seria, como já disse, a quarta troca em apenas sete meses de governo. Itamar relatou-me problemas com o ministro Eliseu Rezende, com quem ele se avistaria naquela mesma noite. Havia uma acusação de que a empreiteira Norberto Odebrecht tinha pago a hospedagem de Eliseu em Washington durante uma viagem feita antes de ele assumir a Fazenda. Insisti com o Presidente em que Eliseu vinha fazendo um esforço enorme para, pelo menos, saber a quantas andavam as contas públicas, e que o melhor seria mantê-lo. Meu nome surgira como possível alternativa porque, mesmo do Itamaraty, eu influenciava algumas decisões econômicas, participando, por exemplo, da discussão sobre a fixação dos preços mínimos nos leilões de privatização, sem contar que havia tido a oportunidade de intervir numa reunião no Palácio da Alvorada, a residência oficial do Presidente da República, em que se discutira o próprio programa do ministro da Fazenda.

Acrescentei:

– Não estou aí no Brasil. Sei pelo noticiário, que acompanhei com apreensão no Japão, que sua situação é difícil. Não gostaria de faltar com minha solidariedade, mas, por favor, insista para que Eliseu permaneça no Ministério.

Voltei à mesa preocupado. Todos se deram conta. Ao final do jantar, novamente a embaixatriz me avisou que o ajudante-de-ordens telefonara para dizer que o Presidente não precisava mais falar comigo. Fui dormir aliviado. Na manhã seguinte, desde familiares até o secretário-geral do Itamaraty, o embaixador Luiz Felipe Lampreia, me chamaram do Brasil para dizer que eu fora nomeado ministro da Fazenda. (...)

Somaram-se, portanto, as características pessoais do Presidente Itamar (sua aparente

impulsividade, que na verdade sempre tem um cálculo por trás), sua confiança em mim e eventuais qualidades minhas para enfrentar adversidades (à minha maneira, dando impressão de suavidade) para, ainda uma vez, sem cálculo e sem astúcia ex-ante, ir cumprindo minha vontade 'desde pequenininho' de chegar a ser Presidente..."

A JOGADA DE MALAN NA NEGOCIAÇÃO DA DÍVIDA EXTERNA

"Pouco a pouco nossos negociadores foram desbastando o terreno. Finalmente, Pedro Malan, primeiro como negociador-chefe e depois como presidente do BC, com firmeza e seriedade, além da paciência chinesa que o caracteriza, preparou um intrincado pacote de opções para a troca dos antigos títulos da dívida por novos, com melhores condições de pagamento.

Essa negociação, entretanto, supunha que o FMI firmasse um acordo com o governo brasileiro e monitorasse nossas contas, dando uma espécie de chancela para os bancos credores confiarem nos pagamentos futuros. Havendo acordo com o FMI, os credores saberiam que as políticas fiscal e monetária, bem como o regime cambial a serem praticados, seriam 'confiáveis e tecnicamente corretos'. Com esse aval nas mãos o Tesouro americano emitiria bônus de uma série especial que o BC do Brasil compraria e depositaria no Banco Internacional de Compensações (BIS) – espécie de banco central dos bancos centrais, sediado em Basileia, na Suíça. Esses bônus serviriam de garantia aos bancos credores (o que nas negociações financeiras chama-se de colaterais) na troca dos títulos velhos por novos, com melhores condições de pagamento e juros menos agressivos.

O volume total da dívida renegociada chegou a 70 bilhões de dólares, sendo cerca de 50 bilhões com credores privados e o restante com governos e instituições oficiais. Emitiram-se títulos novos de prazo médio superior a 20 anos. Com a renegociação da dívida, o Brasil saiu da moratória e voltou ao mercado internacional de crédito. Foi a maior operação de renegociação de dívidas feita até então pelo mercado financeiro internacional. Malan, com a experiência que tinha, desconfiava que o FMI não daria o nihil obstat a nosso programa de estabilização. Por isso, antes de nossa visita ao Fundo em setembro de 1993, conversou comigo sobre a eventualidade de o BC começar a comprar

os papéis do Tesouro americano no mercado secundário, sem esperar pela emissão especial dos bônus.

A operação era arriscada. Tínhamos que agir cautelosamente para que o mercado não percebesse o interesse do BC nas compras, o que aumentaria o valor dos papéis, e para evitar que o Tesouro americano e o FMI se sentissem ludibriados. Mais ainda, Malan e eu tivemos que assumir a responsabilidade da decisão sem que qualquer outra pessoa soubesse. E assim fizemos."

A EMOÇÃO DA POSSE

"No Brasil não temos muito o gosto pelos rituais solenes. Há sempre um pouco de desordem, até de tumulto. Naquele dia, no Congresso, as pessoas avançavam em minha direção, queriam me abraçar, me cumprimentar, dar uma palavra ou um sorriso, para desalento e preocupação dos diplomatas. Algo semelhante se dera durante o desfile no Rolls-Royce, e voltaria a ocorrer quando da transmissão do cargo de Itamar para mim, no Palácio do Planalto. Embora possam prejudicar os detalhes do espetáculo programado, a afetividade e o calor humano, em nosso país, são mais fortes do que o ritual.

Com tumulto ou com um pouco de desordem, o certo é que uma poderosa emoção tomou conta de mim à medida que o veículo que me trazia do Alvorada ia se aproximando da Catedral de Brasília. Ao subir no Rolls-Royce, me vinham pensamentos e sentimentos sobre a imensa responsabilidade que teria dali por diante, e interrogações sobre o que seria de meu governo, o que iria acontecer nos próximos quatro anos e o que eu poderia fazer pelo país. Toda a carga simbólica e o peso da História e de sua continuidade me vieram à mente e começaram a se fazer sentir sobre meus ombros: o próprio Rolls-Royce, que o Presidente Getúlio Vargas recebeu como presente de empresários e transferiu ao patrimônio público em 1953, servira a Vargas, a Juscelino...

Esse sentido de História continuou me acompanhando pelo dia afora, reforçado por outro fato simbólico: assinei o termo de posse no Congresso com uma caneta Sheaffer's dourada que Vargas dera ao segundo ministro da Guerra de seu governo constitucional (1951-1954), general Ciro do Espírito Santo Cardoso, primo-irmão de meu pai, e

presenteada a mim por seu filho, meu primo, embaixador Ciro Filho."

A CONVERSA COM OS MILITARES

"Sobre minha disposição de encarar a questão, naturalmente delicada, dos abusos da ditadura, vale estender-me a respeito da conversa franca que tive com meus ministros militares logo no início do governo, durante um jantar na residência oficial do ministro da Marinha. (...) Jantar agradável, com todos em manga de camisa, sem as esposas. Propus um brinde à democracia, brincando com eles que, afinal, o Presidente da República estava reunido com os ministros militares e não apenas ninguém estranhava o fato, como nem sequer a imprensa andava em nosso encalço.

Depois do jantar, passamos a uma sala de estar ao lado. Disse, então, que pretendia promover reparações no caso das pessoas mortas, desaparecidas, torturadas ou presas de forma ilegal durante o regime militar. Expliquei que não se tratava de uma questão política, mas de direitos humanos e, para mim, se revestia até de um caráter existencial. Narrei-lhes a própria experiência pessoal de minha breve, e nem por isso menos marcante, prisão pelo DOI-Codi, em 1975 (...). O que sucedeu comigo não foi nada diante do ocorrido com tantas pessoas durante o período autoritário. Nunca utilizei essa passagem de minha vida como argumento político, e poucas vezes comentei-a fora do círculo de pessoas próximas. Mas julguei ser oportuno fazer o relato a meus ministros militares. Descrevi-lhes as tentativas de intimidação e grosserias que me foram dirigidas, já sem o capuz que me haviam colocado para levar-me aos porões da rua Tutóia, situada no bairro ironicamente denominado de Paraíso, em São Paulo. (...) Conte-lhes que, tal como um delinqüente, fotografaram-me com algum número, talvez uma data, para me identificar junto aos chamados órgãos de segurança (...)

Os interrogadores queriam saber de mim sobre o movimento trotskista na Argentina e no Uruguai, a respeito de que, obviamente, eu não tinha a mais longínqua idéia. Eram vários, que se revezavam na saraivada de perguntas, gritos e ameaças. (...) Tudo isso relatei a meus ministros militares. Inclusive que, a uma certa altura na sede do DOI-Codi, lembrando-me de conselho de meu pai para a hipótese de prisão – 'nunca deixe de manter algum diálogo com o carcereiro' –, disse a um deles que queria ir ao banheiro.

Indicaram-me o caminho, e, ao longo dele, vi, no chão de uma cela, pessoas inequivocamente torturadas. (...)

BANDEIRA, SÓ A DO BRASIL

Por 'indigesto' que fosse o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), por exemplo, procurei tratá-lo como um dos novos movimentos da sociedade. Tentei dialogar com seus dirigentes, nos limites da lei, mesmo quando, por exemplo, militantes invadiram a fazenda que pertencia à minha família em Buritis, no noroeste de Minas Gerais. Confesso, entretanto, que por mais que os recebesse e me esforçasse para apoiar o programa de reforma agrária, o diálogo revelou-se impossível. Lembro-me de que, na primeira reunião que tive com dirigentes do MST no Planalto, eles deixaram logo claro que pretendiam antes provocar um fato na mídia do que dialogar. Era um pequeno grupo, e logo no início do encontro um deles, que portava a bandeira verde, branca e vermelha do movimento, perguntou:

– Podemos abrir a bandeira?

Respondi:

– Não! Bandeira, aqui, só a do Brasil. Não pode, não.

De outra feita, o grupo, em atitude típica, entrou em minha sala sem tirar os bonés com o logotipo do movimento, atitude distante da que se espera de quem tem uma audiência no gabinete presidencial, seja quem for o Presidente. Estavam os principais dirigentes, entre os quais João Pedro Stédile e José Rainha Júnior. Logo no começo, um integrante do grupo dirigiu-se a mim de maneira desrespeitosa, chamando-me de 'Fernando'. Olhei para ele e disse, cortando o tom inadequado:

O senhor está falando com quem?"

O TELEFONEMA DE LULA PARA ANUNCIAR MEIRELLES NO BC

"Lula venceu Serra no segundo turno, não criei qualquer obstáculo ao futuro governo, pelo contrário, mas os mercados só se acalmaram quando, para surpresa de muitos, o Presidente eleito e o novo ministro da Fazenda, o ex-deputado e ex-prefeito de Ribeirão Preto (SP) Antônio Pallocci, mostraram claramente que seguiriam o curso traçado por meu governo. O primeiro sinal claro seria a designação do presidente do BC. Depois de ter tateado várias hipóteses, inclusive a da manutenção temporária de Armínio Fraga (defendida, entre outros, pelo recém-eleito senador petista pelo DF Cristovam Buarque), terminou por escolher Henrique Meirelles, ex-presidente mundial do Banco de Boston, que acabara de se eleger deputado federal pelo PSDB de Goiás. Uma bela manhã, Lula, que como presidente eleito já se instalara na Granja do Torto, telefonou-me e disse:

– O presidente do BC vai ser um tucano, seu amigo.

Explicou que seria Meirelles. Em seguida passou o telefone ao próprio recém-convidado para dirigir o BC. Felicitei-o mas lembrei:

– Você terá de renunciar ao mandato e se afastar do PSDB.

Meirelles me pareceu surpreso com a segunda ressalva. Ele de qualquer maneira teria de renunciar ao mandato. Mesmo assim, indagou:

– Mas preciso também sair do partido?

– Claro – respondi. Parecia-me evidente a resposta, não apenas pela posição técnica e neutra, e portanto apartidária, que o presidente do BC deve manter, como também pelo fato de que ele passaria a integrar um governo de um partido adversário do PSDB."